

EDcl no AgInt nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 869174 - RS (2016/0042672-6)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
EMBARGANTE : ADRIANA DE LEAO TOPAL
ADVOGADO : LUCIANO BORGES DE MEDEIROS - RS029005
EMBARGADO : JOINT ASSESSORIA E LOGISTICA
INTERNACIONAL LTDA
ADVOGADO : FABRIZIA BURTET BAZANA - RS043094
INTERES. : LEANDRO LUIS PEREIRA
ADVOGADOS : LEANDRO LUÍS PEREIRA - RS029225
ARTUR VAUCHER RODRIGUES - RS027345

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA DEMANDADA.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC/15, o que não se configura na hipótese em tela, porquanto o aresto deste órgão fracionário encontra-se devida e suficientemente fundamentado.

2. Dada a natureza dos aclaratórios, esses não podem ser utilizados como instrumento para a rediscussão do julgado.

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator